

Regras Contratuais

Nenhum resultado para a consulta realizada.

Regras Contratuais - Histórico

Nenhum resultado para a consulta realizada.

Contrato Gestão

Nenhum resultado para a consulta realizada.

Contrato Gestão - Histórico

Nenhum resultado para a consulta realizada.

Incentivos

Nenhum resultado para a consulta realizada.

Incentivos - Histórico

Nenhum resultado para a consulta realizada.

Equipes

Nenhum resultado para a consulta realizada.

Residência Terapêutica

Nenhum resultado para a consulta realizada.

Gerência/Administração Terceiro/Interveniente

Nenhum resultado para a consulta realizada.

Base Descentralizada

Nenhum resultado para a consulta realizada.

SAMU 192

Nenhum resultado para a consulta realizada.

Data desativação: -- Motivo desativação: --



Poder Judiciário
Estado do Rio de Janeiro

CERTIDÃO

Nº 2023.808.06104

Em atendimento ao requerido junto a esta Corregedoria-Geral da Justiça/RJ por **IOL INSTITUTO DE OLHOS DOS LAGOS**, CNPJ/CPF nº **35.623.335/0001-40**, **CERTIFICO**, para fins de prova em **Licitação Pública** que, de acordo com o artigo noventa e oito, item cinquenta e cinco, da Resolução número cinco, de vinte e quatro de março de mil novecentos e setenta e sete, do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (Livro III do Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Rio de Janeiro), baixada em complementação à Resolução número um, de vinte e um de março de mil novecentos e setenta e cinco do mesmo Tribunal, compete ao **Ofício Único da Comarca de SAQUAREMA**, registro civil de pessoas jurídicas, (conforme parágrafo 2º do art. 32, da Res. 05/77), registros de imóveis, oficial privativo dos registros de títulos e documentos e de protesto de títulos e tabelião de notas. **CERTIFICO** ainda, que, compete ao **RCPN 1º Distrito**, registro civil das pessoas naturais e registro de interdições e tutelas, e, em conformidade com o artigo quatorze, da citada Resolução, **existe apenas um Cartório do Distribuidor, Contador e Partidor. SAQUAREMA DCP: Av. Roberto Silveira, 00 s/n - Centro;**

A seguir os respectivos endereços dos serviços: **SAQUAREMA OFICIO UNICO: RUA DR. LUIZ JANUARIO, 363 - Centro; SAQUAREMA RCPN 01 DISTR: Rua Coronel Madureira, 40 SALA 15 (QUINZE). - Centro.**

Observações:

- a) As informações do nome e nº do CPF/CNPJ do solicitante são de responsabilidade do solicitante da Certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- b) A autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada na página da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Rio de Janeiro, no endereço <http://www.tjrj.jus.br/cgj>
- c) A autenticação poderá ser efetivada, no máximo, em até 3 (três) meses após a expedição.

Rio de Janeiro, 03/03/2023 10:40:16.

Divisão de Pessoal da Diretoria Geral de Administração da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Rio de Janeiro

Regimento de Custas Judiciais do Estado do Rio de Janeiro
Valor cobrado: R\$ 28,07 GRERJ Nº 6063600010245



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SAQUAREMA DCP
Avenida Roberto Silveira, 00
CEP: 28.990-000 - CENTRO - SAQUAREMA - RJ

Processo Nº: 6.466/24
Rubrica 8 Fls: 23
Folha: 1 de 1



CERTIDÃO

Modelo Cível

2023.1645515.991-1

O Responsável pelo gerenciamento do Distribuidor Oficializado desta Comarca, designado na forma da lei, CERTIFICA com referência aos assuntos mencionados, e DÁ FÉ QUE, revendo em seu poder e Cartório os livros e/ou assentamentos abrangendo todo o inciso I do Artigo 21 da CNCJ - Parte Judicial, das distribuições em curso relativos a:

- I - Ações privativas das Varas Cíveis, tais como Medidas Cautelares (arrestos, sequestros, buscas e apreensões, notificações e outros), Ordinárias, Sumárias, Despejos, Consignatórias, Execuções, reservas de domínio, anulação ou apreensão ou substituição de títulos, renovatórias e outras ações e precatórias;
- II - Ações privativas das Varas de Família, como separação, divórcio, alimentos e outras ações e precatórias;
- III - Ações privativas das Varas Empresariais, como Falências, Concordatas, Recuperações Judiciais e Extrajudiciais e demais ações e precatórias distribuídas às varas com competência Empresariais;
- IV - Ações privativas das Varas de Órfãos e Sucessões, como inventários, testamentos, arrolamentos, arrecadações, administrações provisórias, tutelas, interdições, curatelas, declarações de ausência e outras ações e precatórias distribuídas às varas com competência em Órfãos e Sucessões;
- V - Ações Acidentárias;
- VI - Ações privativas das Varas de Registro Público, como retificações, averbações, cancelamentos de procurações ou registro de títulos imobiliários e outras ações e precatórias;
- VII - Ações privativas das Varas de Infância, da Juventude e do Idoso, tais como ações cíveis fundadas em interesses individuais, difusos ou coletivos afetos à criança e ao adolescente, ações decorrentes de irregularidades em entidades de atendimento, ações referentes às infrações contra norma de proteção à criança ou adolescente, ações de alimentos, embargos de terceiro, mandados de segurança, perda suspensão ou restabelecimento do poder familiar, prestação de constas, remoção, modificação e dispensa de tutor ou curador, revisão judicial de decisão do Conselho Tutelar, cumprimento de sentença e impugnação ou cumprimento de sentença, e, execuções de alimentos, execução de multa e/ou execução de título judicial;
- VIII - Ações e Precatórias de competência de Juizados Especiais Cíveis, desde:
seis de março de dois mil e três até seis de março de dois mil e vinte e três,
NADA CONSTA no(s) nome(s) de IOL INSTITUTO DE OLHOS DOS LAGOS e CNPJ: 35.623.335/0001-40, pesquisado(s) por semelhança, dados esses fornecidos pelo requerente, conforme pedido de certidão nº 2023.1645515.991-1, arquivado eletronicamente neste Serviço Registral.

Finalidade declarada pelo requerente: Outros (Ação Cível) - .

IVELISE APARECIDA MAGALHAES COSTA - Matr. 17083 - TECNICO DE ATIVIDADE JUDICIARIA deu as buscas para esta Certidão, que segue assinada eletronicamente pelo Oficial Registrador deste Ofício.

Emitida em 06/03/2023 16:46:36
SAQUAREMA, 06 de março de 2023.

Emolumentos
Gratuito/Isento

- ✓ Válido somente com Selo de Fiscalização.
- ✓ A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página <http://www4.tjrj.jus.br/portal-extrajudicial/certidao>
- ✓ Certidão Emitida nos termos Art. 31 da Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça do Rio de Janeiro – Parte Extrajudicial.
- ✓ Provimento CGJ nº 51/2018 regulamenta a emissão e o uso de certidões eletrônicas pelos serviços extrajudiciais do Estado do Rio de Janeiro.
- ✓ Documento emitido por processamento Eletrônico. Qualquer emenda ou rasura será considerada como indicio de adulteração ou tentativa de fraude.
- ✓ Esta Certidão Eletrônica estará disponível para download pelo período de 90 (noventa) dias a contar de sua emissão.
- ✓ Senhor usuário, se necessário, é possível obter certidão que abranja outros períodos de consulta para além do pesquisado. Informe-se com o cartório do distribuidor.



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Armação dos Búzios
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE FMS



DECLARAÇÃO

Declaramos para devidos fins que a Associação **IOL INSTITUTO DE OLHOS DOS LAGOS, CNPJ 35.623.335/0001-40**, presta serviços de saúde na especialidade de **OFTALMOLOGIA DIAGNÓSTICA, TERAPÊUTICA E CIRÚRGICA** junto a este Fundo Municipal de Saúde, através do Contrato nº 40/2022 firmado no dia 20 de abril de 2022, com vigência de 12 (doze) meses, para atender a demanda do SUS – SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE.

Declaramos ainda, que a referida empresa, até a presente data, vem exercendo de forma satisfatória as suas atividades, tendo inclusive já realizado cirurgias oftalmológicas.

Em, 31/01/2023

FIRMA

Evandro Pereira Minguta

Coordenador/FMS

Mat. 23222

RECONHECIMENTO ÀS ASSINATURAS
EVANDRO PEREIRA MINGUTA (73425)
Funfupen: 0,28 Pmcmv: 0,14 Isp: 0,35 Selo: 2,46 Total: 12,91
ARMACAO DOS BUZIOS / RJ 16/02/2023
VERA LUCIA TEIXEIRA - E-Text
EELG 80324 HFK Consulte www4.trj.jus.br/PDF-EstadoRJ/consultas/ver

CARTÓRIO DO 3º OFÍCIO - RESENDE/RJ
Josefina dos Santos da Silva
Escrivente
089144
AA302654
SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL DO 3º OFÍCIO
MUNICÍPIO DE SANTOS DUMAS - RJ
AUTENTICAÇÃO
Certifico e dou fé, que a cópia é reprodução fiel do documento que me foi apresentado como sendo original
Emolumentos: 7,41 Feti: 1,48 Fundperj: 0,37 Funfupen: 0,28 Isp: 0,35 Selo: 2,46 Total: 12,91
RESENDE-RJ, 24/02/2023
JOSEFINA DOS SANTOS DA SILVA Em test. da verdade Conf. EELG 98753 SCF Consulte www4.trj.jus.br/PDF-EstadoRJ/consultas/ver



**ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO JONATHAN PINHEIRO CHAVES
– MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO/RJ**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90005/2024

IOL INSTITUTO DE OLHOS DOS LAGOS, já qualificada nos autos do processo de contratação pública em epígrafe, vem, respeitosamente, perante Vossa Senhoria, apresentar **CONTRARRAZÕES** ao recurso administrativo interposto pela concorrente **KTD SERVIÇOS MÉDICOS LTDA.** contra a decisão que a inabilitou do certame e que habilitou e declarou vencedora do mesmo a Recorrida, nos termos do § 4º do artigo 165 da Lei Federal nº 14.133/2021, e do item 22.7 do edital, com alicerce nas razões fáticas e de direito que passa a expor.

I – SÍNTESE DO PROCESSO LICITATÓRIO

1. Trata-se de procedimento licitatório em formato de pregão eletrônico, lançado pelo Município de Nova Friburgo, tendo como objeto o “registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de procedimentos de oftalmologia (aplicação de injeção intravítrea e tomografia de coerência óptica (OCT), pelo período de 1 (um) ano”.

2. A abertura da sessão pública virtual, com apresentação das propostas iniciais e a realização da etapa competitiva de disputa de preços, ocorreu no dia 26/02/2024. Participaram do certame a Recorrente, KTD Serviços Médicos Ltda., e a Recorrida.

3. Ao final da etapa de lances, a empresa KTD Serviços Médicos Ltda. apresentou a proposta melhor classificada para o item 1, que, após a etapa de negociação, alcançou o valor unitário de R\$ 1.500,00. Em seguida, em análise da documentação de habilitação, a Recorrente inicialmente foi reputada habilitada. Porém, durante o prazo recursal, após o recebimento de informações enviadas pela Recorrida a título de impugnação, a Administração municipal, em 01/03/2024, no exercício de autotutela administrativa, inabilitou a Recorrente por reconhecer que não preenchia uma série de requisitos essenciais para a participação no certame.

4. A vista da inabilitação da Recorrente, a Recorrida - que havia apresentado o segundo melhor lance, no valor de R\$ 1.556,25 – passou a ser a licitante melhor



classificada, sendo convocada para apresentar sua documentação habilitatória e, após, considerada habilitada e vencedora da licitação em 04/03/2024.

5. Inconformada, em 07/03/2024 a KTD interpôs recurso administrativo contra a referida decisão, alegando: (i) a ocorrência de ilegalidades no processo administrativo de contratação pública; (ii) que a qualificação econômico-financeira do certame deveria se dar sobre os preços unitários, o que garantiria sua habilitação; (iii) que, durante o período recursal, o seu CNES atenderia ao que exige o edital; (iv) que a Recorrida deveria ter sido desclassificada do certame por conta da apresentação de preço manifestamente inexequível; (v) que a Recorrida deveria ser inabilitada pois sua certidão de falência e concordata estaria vencida; (vi) que a Recorrida deveria ser inabilitada, pois o atestado técnico apresentado, emitido pelo Município de Búzios/RJ, não informa que teriam sido realizadas atividades análogas às do edital; (vii) que a Recorrida deveria ser inabilitada, pois não teria apresentado alvará sanitário; e, (viii) que a Recorrida deveria ser inabilitada, pois não teria apresentado a declaração de dispensa de vistoria.

6. Com base nesses argumentos, a Recorrente requereu (1) sua habilitação no certame, por considerar que o seu Capital Social alcança 10% dos itens contratados e o seu registro no CNES encontrar-se-ia ativo; (2) a inabilitação da Recorrida pelos motivos indicados; e, (iii) subsidiariamente, a revogação da licitação.

7. Não obstante, a decisão administrativa impugnada não merece reparos, uma vez que os fundamentos fáticos e jurídicos do recurso se encontram completamente dissociados da realidade. Está claro que, na verdade, a Recorrente simplesmente ficou insatisfeita com o resultado da licitação, utilizando de argumentos frágeis para tentar alterar o cenário para o seu favor. Dessa forma, nos termos das razões jurídicas detalhadas no tópico seguinte, o recurso deve ser improvido, sendo mantida a decisão impugnada nos exatos termos em que foi prolatada, com o reconhecimento da vitória da Recorrida no certame.

II – CONTRARRAZÕES

II.1 – AUSÊNCIA DE ILEGALIDADES NO TRÂMITE PROCESSUAL DA LICITAÇÃO

8. Em seu recurso, a Recorrente aponta a ocorrência de uma série de supostas ilegalidades no processo administrativo da contratação. Mais do que isso, de certa forma, a Recorrente desdenha da Administração, além de insinuar que o cometimento das aventadas supostas ilegalidades seria voluntário, sugerindo um

favorecimento da Recorrida pela municipalidade no certame, o que deveria inclusive ensejar a sua “revogação”. Para além das leviandades da Recorrente, as quais devem ser apuradas pela municipalidade no local e momento adequados, razão não lhe assiste no presente recurso.

9. A primeira das irregularidades apontadas pela Recorrente teria ocorrido durante a fase de lances do certame. Segundo o argumentado, a Recorrida deveria ter sido desclassificada da licitação pois teria ofertado lance manifestamente inexecutável, no valor de R\$ 155,00. A argumentação improcede, uma vez que, evidentemente, tratou-se de mero erro de digitação, sendo que a Recorrida providenciou a exclusão do lance logo após a oferta, dentro do prazo estabelecido pelo edital (item 12.7) de 15 segundos. Ocorre que a autorização desta exclusão deve ser aprovada pelo Pregoeiro, razão pela qual, imagina-se, a ocorrência leva um pouco mais de tempo para aparecer no relatório da sessão, sendo que, por óbvio, a licitante não pode ser prejudicada por qualquer autorização feita fora do prazo pela equipe de apoio. De toda forma, mesmo se não fosse esse o caso, ainda assim a Recorrida não deveria ter sido desclassificada, eis que a sua eliminação em razão do cometimento de mero erro material certamente configuraria formalismo exacerbado, o que é vedado na seara das licitações públicas.

10. A segunda das irregularidades diz respeito à forma pela qual foram recebidas pelo Pregoeiro as impugnações à primeira decisão, que inicialmente havia habilitado a Recorrente. Segundo consta no recurso, tratar-se-ia de algo “jamais visto em outros processos licitatórios”, uma vez que o Pregoeiro informou pelo chat que, “com vistas a assegurar maior dinamicidade e transparência ao certame, solicito que, caso exista qualquer apontamento ou objeção aos atos praticados nesta licitação até o presente momento, a respectiva manifestação seja, desde já, encaminhada ao email pregão2.novafriburgo@gmail.com”.

11. A Recorrida não sabe dizer o que levou ao Pregoeiro a adotar esse procedimento, possivelmente a instabilidade do sistema que impossibilitava a manifestação do interesse recursal, pois a ferramenta de digitação encontrava-se indisponível, impossibilitando o envio das razões recursais. Dessa forma, imagina-se que para evitar prejuízo ao contraditório e ampla defesa, acertadamente possibilitou-se o envio das impugnações ao resultado por e-mail.

12. De toda forma, fato é que a Recorrente não cumpre com os requisitos de habilitação previstos no edital, sendo que, na verdade, a Administração nem precisava do impulso da Recorrida para tomar essa decisão, uma vez que dotada de autotutela

administrativa, nos termos das súmulas 346 e 473 do Supremo Tribunal Federal, poderia ela própria reconhecer o equívoco na sua decisão anterior, reformando-a, desde que justificadamente, o que foi providenciado por sua parte.

13. Dessa forma, está claro que não houve qualquer irregularidade no certame que justifique a desclassificação da Recorrida ou mesmo a sua revogação, devendo-se, pois, reconhecer-se a vitória da Recorrida e adjudicar o objeto da licitação em seu favor.

II.2 - RECORRENTE NÃO ATENDE OS REQUISITOS PARA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA E ECONÔMICO-FINANCEIRA PREVISTOS NO EDITAL

14. A Recorrente foi inabilitada do certame por três fundamentos: (i) não comprovou possuir capital mínimo ou patrimônio líquido mínimo de 10% do valor estimado da contratação; (ii) não comprovou possuir CNES ativo no momento da licitação; e, (iii) por haver divergência entre o endereço constante no documento apresentado como comprovante do CNES e o constante no contrato social e demais documentos.

15. Na verdade, em seu recurso, apesar de pretender impugnar as referidas causas para inabilitação, a Recorrente acabou confessando a desobediência aos referidos itens editalícios, confirmando a legalidade da sua inabilitação do certame.

16. Primeiro, com relação à falta de comprovação de capital mínimo de 10% do valor estimado da contratação, a Recorrente reconhece o descumprimento, mas defende que, não obstante tenha participado de todos os itens do edital, a aferição da porcentagem deveria ocorrer item a item, o que, segundo argumenta, faria com que preenchesse o requisito. Respeitosamente, é um argumento que não faz qualquer sentido.

17. Primeiro, é o próprio edital, no item 18.4, que exige a “comprovação de capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação ou valor total estimado da parcela pertinente, devendo a comprovação ser feita relativamente à data da apresentação da proposta, na forma da lei, admitida a atualização para esta data através de índices oficiais”. Evidentemente, a possibilidade de levar em consideração como referência somente a “parcela pertinente” aplica-se nos casos em que a licitante somente tenha interesse e participe da licitação para item específico, o que não é o caso, uma vez que a Recorrente participou da licitação para todos os itens.

18. O argumento de que a aferição da qualificação econômico-financeira deveria se dar por item parece não levar em consideração a própria razão de existir da exigência: a comprovação de que a licitante possui o porte e solidez financeira necessários para dar cumprimento às obrigações contraídas. Não se trata de mero requisito burocrático. Dessa forma, especialmente se a Recorrente participou de todos os itens da licitação, é evidente que a aferição da capacidade financeira deve se dar em relação ao valor total, pois o encargo financeiro a ser contraído caso vencedora da licitação corresponde à soma dos valores unitários. Assim, fato é que a Recorrente não possui o porte necessário para sua habilitação na presente licitação

19. Com relação à ausência do registro no CNES, melhor sorte não lhe aproveita, uma vez que, mais uma vez, a própria Recorrente confessa a inobservância ao que exigia o edital em sua peça recursal. Segundo informou, o registro somente “apareceu na base online no dia 29 do mês de Fevereiro de 2024”, sendo que, por óbvio, considerando que a licitação ocorreu em 26/02/2024, confessadamente seu registro não estava ativo no momento do certame.

20. É cediço, conforme jurisprudência do Tribunal de Contas da União¹, que somente se possibilita a juntada extemporânea de documentos para fins de comprovação de cumprimento de requisito habilitatório se a condição for preexistente à seção da habilitação, o que não foi o caso, uma vez que o registro da Recorrente no CNES só ficou ativo três dias após realizada a licitação. Assim, a sua inabilitação por essa falha igualmente é inevitável.

21. Ainda com relação a esse ponto, denota-se que a divergência constatada entre os endereços do Contrato Social e o constante no CNES reforça a falta de confiabilidade do referido documento e a necessidade de inabilitação.

22. Dessa forma, está mais do que claro que a Recorrente descumpriu requisitos habilitatórios relevantes estabelecidos no edital, do que se conclui que a decisão pela sua inabilitação deve ser mantida.

II.3 – RECORRIDA ATENDE A TODAS AS EXIGÊNCIAS EDITALÍCIAS


¹ “Na falta de documento relativo à fase de habilitação em pregão que consista em mera declaração do licitante sobre fato preexistente ou em simples compromisso por ele firmado, deve o pregoeiro conceder-lhe prazo razoável para o sancamento da falha, em respeito aos princípios do formalismo moderado e da razoabilidade, bem como ao art. 2º, caput, da Lei 9.784/1999” (TCU. Acórdão 988/2022, Plenário. Relator: Min. Antonio Anastasia. Data da sessão 04/05/2022).



23. Por fim, registre-se que a Recorrida atende a todas as exigências editalícias relativas à habilitação, devendo, também nesse ponto, o recurso administrativo ser desprovido.

24. A Recorrente alega que a Recorrida deveria ser inabilitada pelas seguintes razões: (i) sua certidão de falência e concordata constante no SICAF estaria vencida; (ii) o atestado técnico apresentado, emitido pelo Município de Búzios/RJ, não informa que teriam sido realizadas atividades análogas às do edital; (iii) não teria sido apresentado alvará sanitário; e, (iv) não teria sido apresentada a declaração de dispensa de vistoria. Nenhum dos argumentos procede.

25. Com relação ao primeiro argumento, aponta-se que, para além da certidão citada pelo Recorrente, também consta no SICAF certidão de falência e concordata atualizada, emitida na data de 19/01/2024 (data antes da realização do certame), com validade em 18/04/2024, cujo código de autenticação é 2024.2563807.071-1. Tal informação, inclusive, consta no relatório de documentação do Sicafe, conforme imagem abaixo.


 Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins previstos na Lei nº 8.666, de 1993, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ: 35.623.335/0001-40 DUNS®: 92*****70
 Razão Social: IOL INSTITUTO DE OLHOS DOS LAGOS
 Nome Fantasia: IOLHOS
 Situação do Fornecedor: Credenciado Data de Vencimento do Cadastro: 21/05/2024
 Natureza Jurídica: ASSOCIAÇÃO PRIVADA
 MEI: Não
 Porte da Empresa: Demais

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência: Nada Consta
 Impedimento de Licitar: Nada Consta

Níveis cadastrados:
Automática a certidão é emitida através de integração direta com o sistema emissor. Manual a certidão é inserida manualmente pelo fornecedor.

I - Credenciamento			
II - Habilitação Jurídica			
III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal			
Receita Federal e PGFN	Validade:	08/05/2024	Automática
FCTIS	Validade:	20/01/2024	Automática
Trabalhista (http://www.tst.jus.br/consulta)	Validade:	03/09/2024	Automática
IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal			
Receita Estadual/Distrital	Validade:	18/04/2024	
Receita Municipal	Validade:	23/05/2024	
V - Qualificação Técnica			
VI - Qualificação Econômico-Financeira			
	Validade:	31/05/2024	

26. Mesmo que desnecessário, uma vez que já constantes junto à documentação apresentada, informa-se que tanto a certidão (Doc. 01 – Certidão de falência) quanto o extrato do SICAF (Doc. 02 – Extrato SICAF) vão em anexo.



27. Quanto ao segundo argumento, relacionado à suposta falta de comprovação da capacidade técnica da Recorrida para a execução do objeto da licitação, registre-se que, em sentido diametralmente oposto ao argumentado pela Recorrente, a declaração apresentada evidencia a prestação “serviços de saúde de especialidade de OFTALMOLOGIA DIAGNÓSTICA, TERAPÊUTICA E CIRÚRGICA” ao Município de Búzios/RJ, sendo, pois, muitíssimo mais abrangente do que a experiência exigida pela seção 19 do edital.

28. Registre-se que o contrato celebrado com o Município de Búzios/RJ, que descreve detalhadamente todos os serviços prestados, evidenciando que serve para comprovar a experiência exigida para essa licitação, está disponível no site da Prefeitura (<https://buzios.aexecutivo.com.br/licitacaolista.php?id=524>). De toda forma, anexa-se o mesmo à presente manifestação, de modo a ficar fora de dúvidas o cumprimento do requisito editalício, nova declaração emitida pela autoridade responsável do Município de Búzios atestando que foram executados no âmbito daquele contrato serviços compatíveis ao objeto da licitação, tendo os mesmos sido prestados eficientemente até o encerramento da vigência contratual, ocorrida em 2023, além do referido contrato (Docs. 03 e 04 – Atestado Búzios e Contrato).

29. Com relação ao terceiro argumento, igualmente não possui razão a Recorrente. Aliás, encara-se com certa perplexidade a tese, tendo em vista que o alvará sanitário da Recorrida sempre esteve e ainda está atualizado no SICAF. De toda forma, mais uma vez com o objetivo de esclarecer a questão e deixar fora de dúvidas o cumprimento dos requisitos editalício, anexa-se também o alvará sanitário exigido para a presente licitação (Doc. 05 – Alvará sanitário).

30. Por fim, quanto ao argumento de ausência de apresentação da declaração de dispensa de vistoria (Anexo IV), registre-se que mais uma vez a Recorrente não possui razão, uma vez que se trata de documento que só deveria ser apresentado durante a sessão, no momento solicitado pelo Pregoeiro, conforme disposto no item 9.15 do edital: “9.15 Na ausência da Declaração Unificada – Anexo IV do edital, considera-se válida as Declarações devidamente preenchidas e dispostas no campo próprio do sistema eletrônico, sendo que a Declaração Unificada será solicitada como documento complementar pelo pregoeiro”.



31. Foi exatamente isso que ocorreu na licitação em comento, tal qual evidencia o diálogo travado no chat da contratação:

Pregão Eletrônico N° 90005/2024 (SRP)		Pregão Eletrônico N° 90005/2024 (SRP)	
Mensagem do Pregoeiro	Item 1	Mensagem do Pregoeiro	Item 1
Sr. Fornecedor IOL INSTITUTO DE OLHOS DOS LAGOS, CNPJ 35.623.335/0001-40, você foi convocado para enviar anexos para o item 1. Prazo para encerrar o envio: 13:00:00 do dia 04/03/2024. Justificativa: Envio da documentação de habilitação conforme chat...		Para 35.623.335/0001-40 - não, fica dispensada	
<small>Enviada em 04/03/2024 às 11:00:03h</small>		<small>Enviada em 04/03/2024 às 11:17:23h</small>	
Mensagem do Pregoeiro	Item 1	Mensagem do Participante	Item 1
Para 35.623.335/0001-40 - Declaração ME - EPP deverá ser acompanhada de certidão expedida pela Junta Comercial da sede ou do domicílio da microempresa ou empresa de pequeno porte licitante para comprovação do respectivo enquadramento como tal, conforme Instrução Normativa nº 103/2007 do DNRC, publicada no DOU de 22/05/2007.		De 35.623.335/0001-40 - Quanto ao anexo V - Declaração ME - EPP não se enquadra com a empresa, é necessário o envio de qualquer forma?	
<small>Enviada em 04/03/2024 às 10:59:42h</small>		<small>Enviada em 04/03/2024 às 11:03:04h</small>	
Mensagem do Pregoeiro	Item 1	Mensagem do Pregoeiro	Item 1
Para 35.623.335/0001-40 - ANEXO V - Declaração ME - EPP		Para 35.623.335/0001-40 - Est aberto para envio ok	
<small>Enviada em 04/03/2024 às 10:59:55h</small>		<small>Enviada em 04/03/2024 às 11:02:40h</small>	
Mensagem do Pregoeiro	Item 1	Mensagem do Pregoeiro	Item 1
Para 35.623.335/0001-40 - ANEXO IV - Declaração Unificada		Para 35.623.335/0001-40 - Isso mesmo, sr licitante	
<small>Enviada em 04/03/2024 às 10:59:26h</small>		<small>Enviada em 04/03/2024 às 11:02:37h</small>	
Mensagem do Pregoeiro	Item 1	Mensagem do Participante	Item 1
Para 35.623.335/0001-40 - Sr. Licitante, não identificamos no SICAF o seguinte documento.		De 35.623.335/0001-40 - Sr Pregoeiro, o anexo IV iremos anexar, no edital constava que a solicitação seria feita por aqui. Visto que no Sicafe não havia campo para tal anexo.	
<small>Enviada em 04/03/2024 às 10:59:00h</small>		<small>Enviada em 04/03/2024 às 11:01:58h</small>	
		« < 3 4 5 6 7 > »	

32. Dessa forma, ausente de dúvidas que, ao contrário da Recorrente, a Recorrida atende a todos os requisitos editalícios, devendo, pois, o recurso administrativo ser improvido também com relação a esse ponto.

III – PEDIDOS

33. Diante do exposto, requer-se o desprovisionamento do recurso, mantendo-se hígida a decisão administrativa que (i) declarou inabilitada a Recorrente; e, (ii) reconheceu a proposta da Recorrida como a mais vantajosa para a Administração, declarando-a habilitada e a vencedora do certame, devendo, em sequência, uma vez homologado o certame, ser adjudicado o seu objeto em favor da Recorrida.

Nestes termos, requer deferimento.

Florianópolis/SC, 12 de março de 2024.

THIAGO GADELHA VALLE OLIVEIRA
IOL Instituto de Olhos dos Lagos
Presidente

Rol de documentos:

- Doc. 01 – Certidão de falência;
- Doc. 02 – Extrato SICAF;
- Doc. 03 – Atestado Búzios;
- Doc. 04 – Contrato Búzios;
- Doc. 05 – Alvará sanitário.



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SAQUAREMA DCP
Avenida Roberto Silveira, 00
CEP: 28.990-000 - CENTRO - SAQUAREMA - RJ

Processo Nº: 6466/24
Rubrica: 88 Fls: 34
Folha: 1 de 1



CERTIDÃO

2024.2563807.071-1

Modelo Cível

O Responsável pelo gerenciamento do Distribuidor Oficializado desta Comarca, designado na forma da lei, CERTIFICA com referência aos assuntos mencionados, e DÁ FÉ QUE, revendo em seu poder e Cartório os livros e/ou assentamentos abrangendo todo o inciso I do Artigo 21 da CNCGJ - Parte Judicial, das distribuições em curso relativos a:

- I - Ações privativas das Varas Cíveis, tais como Medidas Cautelares (arrestos, sequestros, buscas e apreensões, notificações e outros), Ordinárias, Sumárias, Despejos, Consignatórias, Execuções, reservas de domínio, anulação ou apreensão ou substituição de títulos, renovatórias e outras ações e precatórias;
- II - Ações privativas das Varas de Família, como separação, divórcio, alimentos e outras ações e precatórias;
- III - Ações privativas das Varas Empresariais, como Falências, Concordatas, Recuperações Judiciais e Extrajudiciais e demais ações e precatórias distribuídas às varas com competência Empresariais;
- IV - Ações privativas das Varas de Órfãos e Sucessões, como inventários, testamentos, arrolamentos, arrecadações, administrações provisórias, tutelas, interdições, curatelas, declarações de ausência e outras ações e precatórias distribuídas às varas com competência em Órfãos e Sucessões;
- V - Ações Acidentárias;
- VI - Ações privativas das Varas de Registro Público, como retificações, averbações, cancelamentos de procurações ou registro de títulos imobiliários e outras ações e precatórias;
- VII - Ações privativas das Varas de Infância, da Juventude e do Idoso, tais como ações cíveis fundadas em interesses individuais, difusos ou coletivos afetos à criança e ao adolescente, ações decorrentes de irregularidades em entidades de atendimento, ações referentes às infrações contra norma de proteção à criança ou adolescente, ações de alimentos, embargos de terceiro, mandados de segurança, perda suspensão ou restabelecimento do poder familiar, prestação de constas, remoção, modificação e dispensa de tutor ou curador, revisão judicial de decisão do Conselho Tutelar, cumprimento de sentença e impugnação ou cumprimento de sentença, e, execuções de alimentos, execução de multa e/ou execução de título judicial;
- VIII - Ações e Precatórias de competência de Juizados Especiais Cíveis, desde:
dezenove de janeiro de dois mil e quatro até dezenove de janeiro de dois mil e vinte e quatro,
NADA CONSTA no(s) nome(s) de IOL INSTITUTO DE OLHOS DOS LAGOS e CNPJ: 35.623.335/0001-40, pesquisado(s) por semelhança, dados esses fornecidos pelo requerente, conforme pedido de certidão nº 2024.2563807.071-1, arquivado eletronicamente neste Serviço Registral.

Finalidade declarada pelo requerente: Outros (Ação Cível) - Licitação.

MARCELO FILARDI FERREIRA - Matr. 27961 - TECNICO DE ATIVIDADE JUDICIARIA deu as buscas para esta Certidão, que segue assinada eletronicamente pelo Oficial Registrador deste Ofício.

Emitida em 19/01/2024 16:53:32
SAQUAREMA, 19 de janeiro de 2024.

Emolumentos
Gratuito/Isento

- ✓ Válido somente com Código Identificador de Certidão - CIC.
- ✓ A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página <http://www4.tjrj.jus.br/portal-extrajudicial/certidao>
- ✓ Certidão Emitida nos termos Art. 31 da Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça do Rio de Janeiro – Parte Extrajudicial.
- ✓ Provimento CGJ nº 51/2018 regulamenta a emissão e o uso de certidões eletrônicas pelos serviços extrajudiciais do Estado do Rio de Janeiro.
- ✓ Documento emitido por processamento Eletrônico. Qualquer emenda ou rasura será considerada como indício de adulteração ou tentativa de fraude.
- ✓ Esta Certidão Eletrônica estará disponível para *download* pelo período de 90 (noventa) dias a contar de sua emissão.
- ✓ Senhor usuário, se necessário, é possível obter certidão que abranja outros períodos de consulta para além do pesquisado. Informe-se com o cartório do distribuidor.



Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins previstos na Lei nº 8.666, de 1993, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ: 35.623.335/0001-40 DUNS®: 92****70
Razão Social: IOL INSTITUTO DE OLHOS DOS LAGOS
Nome Fantasia: IOLHOS
Situação do Fornecedor: Credenciado Data de Vencimento do Cadastro: 21/05/2024
Natureza Jurídica: ASSOCIAÇÃO PRIVADA
MEI: Não
Porte da Empresa: Demais

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência: Nada Consta
Impedimento de Licitar: Nada Consta

Níveis cadastrados:

Automática: a certidão foi obtida através de integração direta com o sistema emissor. Manual: a certidão foi inserida manualmente pelo fornecedor.

I - Credenciamento

II - Habilitação Jurídica

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN	Validade:	08/05/2024	Automática
FGTS	Validade:	20/03/2024	Automática
Trabalhista (http://www.tst.jus.br/certidao)	Validade:	21/08/2024	Automática

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal

Receita Estadual/Distrital	Validade:	09/04/2024
Receita Municipal	Validade:	23/05/2024

V - Qualificação Técnica

VI - Qualificação Econômico-Financeira

Validade: 31/05/2024

Esta declaração é uma simples consulta e não tem efeito legal

Emitido em: 23/02/2024 14:49

1 de 1

CPF: 130.XXX.XXX-92 Nome: THIAGO GADELHA VALLE OLIVEIRA

Ass: _____

CONTRATO

PROCESSO Nº 11.966/2021

CONTRATO CREDENCIAMENTO Nº 40/2022

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ARMAÇÃO DOS BÚZIOS, E A EMPRESA IOL INSTITUTO DE OLHOS DOS LAGOS LTDA , A PARTIR DO CHAMAMENTO PUBLICO Nº 001/2021 , PARA CREDENCIAMENTO NA ESPECIALIDADE DE OFTAMOLOGIA DIAQGNOSTICA E TERAPEUTICA E CIRÚRGICA EM REGIME COMPLEMENTAR DO FMS LOCAL

O Fundo Municipal de Saúde de Armação dos Búzios, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 11.962.794/0001-90, com sede administrativa situada na Estrada da Usina Velha, nº 600, Centro, Armação dos Búzios/RJ – CEP: 28950-000, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Saúde, o Sr. Leonidas Heringer Fernandes, portador da Carteira de Identidade nº 02587664520, expedido pelo Detran/RJ, e CPF Nº 07 , doravante simplesmente denominado como **CONTRATANTE**, e de outro lado a firma **IOL Instituto de Olhos dos Lagos Ltda.** , com sede social à Rua Heitor Bravo nº 06 loja B, no município de Bacaxá , inscrita no CNPJ sob o nº 35.623.335.0001-40, tem como representante legal Senhor **Bernardo Loyola Villas Boas**, brasileiro, solteiro, médico, portador da carteira Nacional de Habilitação nº 0202634457 DETRAN/RJ, e do CPF sob o nº 103.673.107-32 , doravante simplesmente designada como **CONTRATADA**, dispõe à Constituição Federal, em especial os artigos 196 e seguintes, as as Leis Federais nº 8.080/1990 e 8.142/1990, com embasamento no Art. 25, caput da Lei Federal 8666/1993, à vista do processo administrativo nº **11.966/2021**, e o Edital de Chamamento Público nº 001/2021 oriundo do processo administrativo nº **10.239/2020**, perante as testemunhas abaixo firmadas, pactuam o presente Contrato, nos termos das seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

1.1. O presente contrato administrativo de credenciamento tem por objeto a execução de serviços de saúde na especialidade de Oftamologia Diagnóstica e Terapêutica e Cirúrgica, , a serem prestados aos usuários do Sistema Único de Saúde municipal.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA PRESTAÇÃO DO SERVICO

Parágrafo Primeiro - A partir da assinatura deste instrumento, a CONTRATADA passa a constar no rol de prestadores credenciados aptos operar serviços na(s) especialidade (s) a(s) qual (is) se habilitou.



Paragrafo Segundo - Dar-se-á por autorizado o início da prestação do serviço na data de expedição da respectiva ordem de serviço, na data da expedição da respectiva Ordem de Serviço (O.S.) com consequente geração de despesa não,sem antes proceder – se o empenhamento do custo estimado do contrato.

Paragrafo Terceiro - O serviço credenciado será acionado mediante requisição/encaminhamento médico proveniente das unidades públicas de saúde, previamente autorizados por responsáveis designados pela CONTRATANTE.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO CUSTEIO DO CONTRATO

Paragrafo Único - Os recursos orçamentários destinados ao custeio dos serviços objeto deste estão previstos em rubrica própria do PPA e da LOA, constando classificados como atividade de natureza contínua, e considerar-se-ão bloqueados à finalidade exclusiva de garantir o equilíbrio econômico e financeiro, a segurança jurídica dos contratos;

CLÁUSULA QUARTA: DO VALOR DO CONTRATO

Paragrafo Primeiro: Dada natureza variável da produção de cada contratado, que oscila nos limites da capacidade instalada e da demanda espontânea , o total do dispendio e estimado para especialidade clínica, com base na serie histórica e na política de gestão do SUS local conforme os termo do Edital 001/202

Paragrafo Segundo: O valor inicial estimado do presente serviço será de R\$ 450.052,50 (quatrocentos e cinquenta mil e cinquenta e dois reais e cinquenta centavos), que representa a soma do(s) valore(ers) proporcional (is) estimado (s) para cada especialidade ofertada pela CONTRATADA.

Paragrafo Terceiro: A CONTRATANTE periodocamente realizará balanço da oferta e da procura de cada credenciado a fim de re-equacionar o saldo do empenho expedidos proceder anulações parciais ou efetuar complementações de empenho sempre observando o limite o valor estimado anual de cada especialidade.

Paragrafo Quarto: A CONTRATADA se obriga aceitar as anulações parciais ou as complementações de empenho que se fizerem necessárias durante a vigência contratual.

CLAUSULA QUINTA: DA COMPOSIÇÃO DOS PREÇOS

4.1 Os faturamentos dos contratados mediante credenciamento serão remunerados com base em :

a) Tabela SUS Municipal Diferenciada 2013,

b) Tabela Sus MSF



c) Classificação Brasileira Hierarquizada de Procedimentos Médicos (CBHPM).

d) Tabela da Associação dos Hospitais do Estado do Rio de Janeiro.

Na ordem de prioridade acima, devendo haver consulta prévia ao setor Contratos e convênios, a **Tabela Sus Municipal Diferenciada 2013**, terá premência para pagamento das faturas de serviços prestados.

Paragrafo Segundo - Quando da ausência de parâmetros de referencia elencados no item 6.1 e 6.2 do Edital, recorrer-se - à a TABELA CPHPM (classificação Brasileira Heiraquizada de Procedimento Médicos) 4º Edição (setembro de 2005) que se aproxima das médias de valores de cirurgias, procedimentos e exames praticados no mercado, representado de menor custo dentre as edições das Tabela CPHPM.

CLAUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

§ 1 - A CONTRATADA, deverá colocar à sua disposição da CONTRATANTE, bem como do usuário SUS, tudo o que for imprescindível para a adequada assistência, dentro das especificações técnicas e estruturais inerentes aos serviços credenciados;

§ 2 - Os serviços por este instrumento credenciados serão prestados direta e exclusivamente por profissionais formalmente vinculados à pessoa jurídica da CONTRATADA;

§ 3 - Para efeitos deste contrato de credenciamento, consideram-se profissionais do próprio estabelecimento contratado.

I – Todos os membros do seu corpo clínico previamente comunicado conforme informação apresentada na fase de habilitação;

II - Caso haja alteração no quadro de pessoal, envolvendo profissional que atue diretamente no serviço prestado, deverá ser enviado documento complementar informativo, com visitas inclusão/exclusão em nossos controles.

§ 4 - É expressamente PROIBIDA a cobrança de qualquer quantia, sob qualquer título, dos serviços prestados ao paciente, nos limites da cobertura da Tabela vinculada a este e nos limites do próprio valor global do contrato.

I – A CONTRATADA, será responsabilizada pelas cobranças indevidas, feitas ao paciente ou seu representante, por profissional empregado ou preposto, ou outrem que utilize as instalações da empresa de forma eventual ou permanente.

II – Comprovada a cobrança indevida, CONTRATADA deverá ressarcir o paciente no valor cobrado, no prazo improrrogável de 24 (vinte e quatro) horas e se sujeitará à penalidade de advertência a ser aplicada de forma escrita.

III - Na hipótese de reincidência da cobrança, a CONTRATADA, se sujeitará a multa de duas vezes o valor cobrado.

IV - As penalidades mencionadas no item anterior somente serão aplicadas após regular processo, onde será assegurado à CONTRATADA o direito de defesa.

§ 5 - Sem prejuízo do acompanhamento, da fiscalização da normatividade exercidas pela CONTRATADA sobre a execução do objeto deste contrato, as partes reconhecem a prerrogativa de controle avaliação dos serviços prestados, serem executado pelo Conselho Municipal de Saúde e pela autoridade normativa e fiscalizadora da Secretaria Municipal de Saúde.

§.6. É de responsabilidade exclusiva e integral da CONTRATADA utilização de pessoal para a execução do objeto deste Contrato, incluindo-se os encargos trabalhistas, previdenciários, sociais e comerciais resultantes de vínculo empregatícios, cujo ônus e obrigações em nenhuma hipótese poderão, ser transferidos para CONTRATANTE.

§.7. A CONTRATADA ainda se obriga a:

I- Manter sempre atualizado o prontuário médico dos pacientes e o arquivo médico;

II- Não utilizar nem permitir que terceiros utilizem o paciente para fins de experimentação;

III- Disponibilizar os documentos pertinentes aos exames ou pacientes, quando solicitados pela Comissão de Avaliação da Secretaria Municipal de Saúde;

IV- Atender os pacientes com dignidade e respeito de modo universal e igualitário;

V- Justificar ao paciente ou seu representante, por escrito, as razões técnicas alegada quando da decisão da não realização de qualquer ato profissional previsto neste contrato;

VI- Notificar à CONTRATANTE eventual alteração de sua razão social ou de seu controle acionário de Comercial ou do Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas.

VII - As mudanças de endereço deverão ser comunicadas previamente mínimo de 30 (trinta) dias ;

VIII- Notificar imediatamente O CONTRATANTE, quando da interrupção dos serviços por questões técnicas e outros motivos, que vierem ultrapassar o período de 24h;

IX- Encaminhar ao CONTRATANTE, rotineiramente atualizações das certidões e documentos sujeitos a vencimento, dentro do prazo de vigência bem como alterações em seu contrato social.

CLAUSULA SÉTIMA : Da Responsabilidade Civil da Contratada

§ 1- A CONTRATADA é responsável pela indenização por danos causados ao paciente, decorrentes de ação ou omissão voluntária, de negligência, imperícia ou imprudência praticada por seus empregados, profissional ou preposta, ficando assegurado à CONTRATADA o direito de regresso;



BÚZIOS
PREFEITURA

Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura da Cidade de Armação dos Búzios
Secretaria Municipal de Administração
Coordenadoria Especial de Licitações e Contratos

§.2.- A fiscalização ou o acompanhamento da execução deste contrato pelos órgãos competentes do SUS não exclui nem reduz responsabilidade da CONTRATADA, nos termos da legislação referente a licitações contratos administrativos;

§.3. A responsabilidade de que trata esta cláusula estende-se aos danos causados por defeitos relativos a prestação dos serviços, nos estritos termo do art. 14 da Lei 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

CLÁUSULA OITAVA: DO PRAZO DE FATURAMENTO

Paragrafo Único - A CONTRATANTE processará MENSALMENTE o faturamento apresentado pela CONTRATADA, mediante atestação, por setores competentes da Secretaria Municipal de Saúde, de sua procedência, em conformidade com a(s) tabela (s) vinculada (s), controles gerenciais de emissão e prazo aqui definidos.

CLÁUSULA NONA: DA APRESENTAÇÃO DAS CONTAS E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

Paragrafo Único - Os valores compostos sob as regras deste contrato serão pagos da seguinte forma:

I- A CONTRATADA apresentará a fatura, acompanhada de listagem nominal de pacientes, conforme modelos-padrão estabelecidos pela CONTRATANTE, disponibilizado aos credenciados;

II- Os departamento (s) designado (s) pela Secretaria Municipal de Saúde conferirá(ão) atestará(ão) a correção do (s) faturamento (s), confrontando o controle interno das expedições de requisições e as cobranças, e, em estando de acordo com as regras firmadas, será(ão) liberado (s), para a abertura de processo administrativo, que tramitará segundo o fluxograma oficial da Prefeitura Municipal de Armação dos Búzios.

III- às glosas das faturas respeitarão as Normas de Auditoria Nacional apresentadas comunicadas ao interessado tão logo conferidas e estarão à disposição da CONTRATADA, na Secretaria de Saúde, para revisão, pelo período de 15 (quinze) dias.

IV- Sendo tal (ais) fatura (u), citada (s) no item anterior reapresentada (s) à Secretaria Municipal de Saude as reterá, aguardando a ocasião do próximo faturamento para então incluí-las em processo de pagamento;

V – O documento reapresentado estará sempre acompanhado do correspondente original inutilizado:

VI- Ocorrendo erro, falha ou falta do processamento das faturas, por culpa da CONTRATANTE, esta garantirá CONTRATADA pagamento ainda no mês da fatura apresentada para que não lhe sejam causados danos financeiros:

VII – CONTRATADA se obriga elaborar seus termos de cobrança de forma mais esclarecedora possível, com objetivo de que a execução do pagamento se revista da máxima transparência e legalidade: para isto concorrerão a mais detalhada descrição da composição de seus custos objetividade e as formalidades de auditoria

CLÁUSULA DÉCIMA: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1. À inobservância pela CONTRATADA de cláusula ou obrigação constante deste contrato, ou de dever originado de norma legal ou regulamentar pertinente autorizará O CONTRATANTE, aplicar, em cada Caso, as seguintes penalidades contratuais:

I - Advertência

II- Multa de 30% do valor do contrato.

III – Suspensão Temporária de participação em credenciamentos, licitações e impedimento de contratar com Administração Pública, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

IV – Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com Administração Pública

V - Os Prazos para defesa serão de 05 (cinco) dias úteis na hipótese de Advertência multa ou impedimento de contratar com a Administração e de 10 (dez) dias úteis na hipótese de declaração de inidoneidade.

§ 2 - As penalidades aqui previstas são autônoma e suas aplicações cumulativas serão regidas pelo Art. a 87 § 2º e 3º da Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA : DA RESCISÃO

Parágrafo Único - Independentemente de interpelação judicial, o contrato será rescindido nas hipóteses da lei nº 8.666/93, nos seus Artigos 77 a 79.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DO PRAZO DE VIGÊNCIA

Parágrafo Único - Este contrato de credenciamento terá vigência de 12(doze) meses, prorrogável nos termos do artigo 57 I e II da Lei 8666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS

Parágrafo Único – As despesas decorrentes da execução deste contrato serão atendidas em parte pela Dotação Orçamentária:

Programa Trabalho: 10.302.0162.2.320

Classificação da Despesa: 33.90.39.00

Fonte de Recurso: 195





Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura da Cidade de Armação dos Búzios
Secretaria Municipal de Administração
Coordenadoria Especial de Licitações e Contratos

Processo N°: 6466/24
Rubrica: Fls: 42

226


Código Reduzido: 907

CLAUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

§.1. Para todas as questões suscitadas na execução deste contrato, não resolvidas administrativamente o Foro competente será da Comarca de Armação dos Búzios, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Parágrafo Segundo: Após lido e achado conforme, assinam este instrumento, em 04 vias de igual teor e forma, as partes e as testemunhas abaixo.

Armação dos Búzios/RJ, 20 de Abril de 2022.


Leonidas Heringer Ferraes
Secretário de Saúde
Matrícula: 24499

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

**IOL INSTITUTO DE
OLHOS DOS LAGOS
LTDA:35623335000
140**

Assinado de forma digital por
IOL INSTITUTO DE OLHOS
DOS LAGOS
LTDA:35623335000140
Dados: 2022.04.20 16:48:43
-03'00'

IOL INSTITUTO DE OLHOS DOS LAGOS LTDA.

Testemunha 01	Testemunha 02
Assinatura:	Assinatura:
Nome:	Nome:
RG:	RG:
CPF:	CPF:



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARMAÇÃO DOS BÚZIOS
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

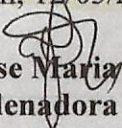
Processo Nº. 6466/24
Rubrica 88 Fls. 43

DECLARAÇÃO

Declaro pra os devidos fins que a empresa **IOL INSTITUTO DE OLHOS DOS LAGOS LTDA**, CNPJ 35.623.335/0001-40, presta serviços de saúde na especialidade de OFTALMOLOGIA DIAGNÓSTICA, TERAPÊUTICA E CIRÚRGIA junto a este Fundo Municipal de Saúde, através do Contrato nº 40/2022 firmado no dia 20 de abril de 2020, com vigência de 12 (doze) meses, para atender a demanda do SUS – SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE.

Declaro ainda, que a referida empresa, até a presente data, vem exercendo de forma satisfatória as suas atividades, tendo inclusive já realizado cirurgias oftalmológicas.

Em, 12/03/2024


Dayse Maria Nunes
Coordenadora do FMS
Matrícula 27693

1º SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL DE CABO FRIO
Av. Teixeira e Souza N.º 189 - Loja 08 - CEP 26.907-410 - Centro - Cabo Frio - RJ - PABX (22) 2644-2628 090290AB049092

RECONHEÇO por SEMELHANÇA as firmas de:

DAYSE MARIA NUNES

Em testemunho da verdade.

Thales Garcia Maria - Escrevente

Mat: 94-22053+2,59 - Total: 13,16

Cabo Frio-RJ, 12/03/2024 - 15:25:33

Selo: EER502990-RIR

Consulte em <http://www4.tirius.br/Portal-Extrajudicial/consultaselo/>







ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAQUAREMA
DEPARTAMENTO DE ARRECADAÇÃO E TRIBUTAÇÃO



Processo Nº 6466/24
Rubrica 89 Fls. 44

LICENÇA SANITÁRIA

Número da Licença
RJP2480006445

Número do Alvará

Número do Processo
RJP2480006445

Nome da Empresa
IOL INSTITUTO DE OLHOS DOS LAGOS

CNPJ da Empresa
35.623.335/0001-40

Classificação de Risco: Regra de Risco Estadual

Classificação de risco das atividades abaixo: [1] Atividade de Risco II – Médio Risco. | [2] Atividade de Risco I – Baixo Risco. | [6] Atividade de Risco III – Alto Risco.

Atividade Econômica Principal

8630501 [6] – ATIVIDADE MÉDICA AMBULATORIAL COM RECURSOS PARA REALIZAÇÃO DE PROCEDIMENTOS CIRÚRGICOS

Atividades Secundárias

7210000 [2] – PESQUISA E DESENVOLVIMENTO EXPERIMENTAL EM CIÊNCIAS FÍSICAS E NATURAIS
8599604 [2] – TREINAMENTO EM DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL E GERENCIAL
8599699 [1] – OUTRAS ATIVIDADES DE ENSINO NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE
8630502 [6] – ATIVIDADE MÉDICA AMBULATORIAL COM RECURSOS PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES COMPLEMENTARES
8630503 [6] – ATIVIDADE MÉDICA AMBULATORIAL RESTRITA A CONSULTAS
8660700 [2] – ATIVIDADES DE APOIO À GESTÃO DE SAÚDE
8690999 [6] – OUTRAS ATIVIDADES DE ATENÇÃO À SAÚDE HUMANA NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE
8800600 [1] – SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL SEM ALOJAMENTO
9412099 [2] – OUTRAS ATIVIDADES ASSOCIATIVAS PROFISSIONAIS
9430800 [2] – ATIVIDADES DE ASSOCIAÇÕES DE DEFESA DE DIREITOS SOCIAIS

Endereço da Empresa

R HEITOR BRAVO, 06, LOJA B – BACAXA (BACAXA). CEP: 28994705. SAQUAREMA – RJ

Observação

RESERVADAS AS DISPOSIÇÕES REGULAMENTARES, QUANTO A PARTE DA: LEGISLAÇÃO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA EM VIGOR; Esta Licença Sanitária poderá ser CANCELADA a qualquer momento pela Autoridade Sanitária desde que constatadas irregularidades, infrações legais ou causas de risco sanitário.

Observação

Data de Emissão
05/02/2024

Validade
31/03/2025



Endereço: Rua Santos Dumont, s/n, Centro – Saquarema E-mail: visasaquarema@hotmail.com telefone: (22) 2655-3563



CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

CERTIFICADO DE REGULARIDADE
DE INSCRIÇÃO DE PESSOA JURÍDICA**Inscrito sob CRM nº**

0026148-MG

CNPJ

52.770.817/0001-42

Inscrição

26/02/2024

Validade

26/02/2025

Razão Social

KTD SERVICOS MEDICOS LTDA

Nome Fantasia

KTD SERVICOS MEDICOS

EndereçoRUA ARAXÁ, 463 SL 2 - Centro
37900002**Município**

Passos - MG

CEP**Responsável Técnico**

0067216-MG THIAGO JOSÉ DELFRARO CARMO

ClassificaçãoPRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS
TERCEIRIZADOS

Este certificado atesta a REGULARIDADE da Inscrição do estabelecimento acima neste Conselho Regional de Medicina, em cumprimento à Lei nº 6.839, de 30/10/1980, e às Resoluções CFM nº 997, de 23/05/1980, e 1.980, de 11/07/2011. Ressalvada a ocorrência de alteração nos dados acima, este certificado é **válido até 26/02/2025**. Este certificado deverá ser afixado em local visível ao público e acessível à fiscalização, sendo sua autenticidade comprovada no sítio do Conselho Regional de Medicina do Estado de Minas Gerais, por meio do endereço eletrônico: <http://186.248.164.207/interna.php?n1=315&n2=316&pagina=301>.

Certificado emitido **26/02/2024 16:55:14** (Horário de Brasília)Certificado válido até: **26/02/2025 23:59:59** (Horário de Brasília)Código de Controle: **IHJE.FGJF.FHEH.CCEG**

Diligência - Pregão Eletrônico nº 90005/2024

1 mensagem

Comissão de Pregão 2 Prefeitura de Nova Friburgo <pregao2.novafriburgo@gmail.com>

14 de março de 2024 às
16:27

Para: Andreza Pereira <ANDREZA.PEREIRA0809@hotmail.com>

Boa tarde,

Venho por meio deste, solicitar o envio na íntegra do documento apresentado como comprovação de inscrição junto ao CNES, na ocasião do Pregão eletrônico 900005/2024.

Na ocasião do certame foram apresentadas apenas a primeira página do documento cortada.

26.11 - É facultada ao pregoeiro e à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, inclusive para verificar a compatibilidade das especificações do objeto ofertado com os requisitos previstos neste edital e seus anexos, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta ou da documentação de habilitação.

PRAZO PARA RESPOSTA 18/03/2024**FAVOR ACUSAR O RECEBIMENTO.**

Atenciosamente

--

Jonathan P. Chaves

Pregoeiro - Comissão de Pregão II

**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R AS E C R E T A R I A D E
I N F R A E S T R U T U R A
E L O G Í S T I C A

DOCUMENTO KTD SERVIÇOS MÉDICOS

1 mensagem

Andreza Pereira <andreza.pereira0809@hotmail.com>

18 de março de 2024 às 10:53

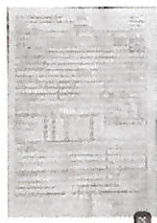
Para: Comissão de Pregão 2 Prefeitura de Nova Friburgo <pregao2.novafriburgo@gmail.com>

Bom dia, conforme solicitado por email, segue anexo documento do CNES da empresa KTD SERVICOS MEDICOS. Informamos que este documento foi obtido junto a Prefeitura Municipal de Campos Gerais, por meio da Secretaria Municipal de Saúde, uma vez que a empresa já se encontrava na data de 26/02/2024 registrado na base local porém, por questões de prazo de exportação ainda não aparecia na base online. Tanto é que, o próprio documento mostra sua data de emissão. Além disso, a numeração constante no documento se trata de número gerado tão somente pela Secretaria Municipal de Saúde, após o registro da empresa na base local, ou seja, é impossível obter numeração se a empresa não for cadastrada na base local.

Att:

Andreza (27) 99940-3874

Enviado de Outlook para Android

**1000180679.jpg**

100K



MS / SAS - SECRETARIA DE ATENÇÃO À SAÚDE
DRAC - Departamento de Regulação, Avaliação e Controle
DATASUS
Competência: 02/2024

SCNES
Módulo Básico
KTD SERVICOS MEDICOS

Página: 1
Data: 26/02/2024
Hora: 13:55
Versão: 4.5.70

DADOS OPERACIONAIS → INCLUSÃO ☐ ALTERAÇÃO ☐ EXCLUSÃO ☐

IDENTIFICAÇÃO

PF ☐ CNES 4470354
PJ ☒ Tipo de Estabelecimento 22 - CONSULTORIO ISOLADO
Sub-Tipo de Estabelecimento
Identificador de Situação do Estabelecimento
X Individual
Mantido
Terceiros

Nome Empresarial
KTD SERVICOS MEDICOS LTDA

Nome Fantasia
KTD SERVICOS MEDICOS

Logradouro
RUA DON OTHON MOTTA

Complemento
Bairro
CENTRO

Nome do Município
CAMPOS GERAIS

Cod Município 311160 UF M R Saúde Micro região O Sanit Mod Assist Telefone

FAX E-Mail

CNPJ/CRR DO ESTABELECIMENTO 52.770.817/0001-42 CNPJ DA MANTENEDORA Possui Internet ☒ Sim ☐ Não

CARACTERIZAÇÃO

Natureza Jurídica
206-2 - SOCIEDADE EMPRESARIA LIMITADA

Atividade de Ensino/Pesquisa
04-UNIDADE SEM ATIVIDADE DE

Atendimento Prestado
SUS Particular Plano de Saúde Público Plano de Saúde Privado

Internação
Atendimento Ambulatorial
SADT
Urgência/Emergência
Outros
Vigilância em Saúde
Regulação

Gestão Estadual Municipal
Atenção Básica
Média Complexidade
Internação
Alta Complexidade

Fluxo da Clientela
03-A TENDIMENTO DE DEMANDA

TURNO DE ATENDIMENTO
03-A TENDIMENTOS NOS TURNOS DA MANHA E A TARDE

VÍNCULO COM O SUS
No Contrato/Convênio - Municipal
Data da Publicação

No Contrato/Convênio - Estadual
Data da Publicação

Conta-corrente
Banco Agência Número

VIGILÂNCIA SANITÁRIA
No do Alvará Data de Expedição Órgão Expedidor ☐ SES ☐ SMS

Assinatura e Carimbo do(a) Cadastrador(a) Data Assinatura e Carimbo do Diretor da Unidade Data

Assinatura e Carimbo do(a) Gestor Municipal do SUS Data Assinatura e Carimbo do(a) Gestor Estadual do SUS Data